

ESPECIALISTAS E AMADORES DA CIÊNCIA HISTÓRICA: A CRIAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA DA UFPR, EM 1972¹

**SPECIALISTS AND AMATEUR OF HISTORICAL SCIENCE:
THE ESTABLISHMENT OF THE MASTERS COURSE IN HISTORY UFPR, IN 1972**

Bruno Flávio Lontra Fagundes²

RESUMO: Esse artigo é sobre a história do curso de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), tendo como foco a criação de seu curso de Mestrado, em 1972, seus antecedentes e o que o favoreceu ser um curso referencial para outros mestrados em História brasileiros nos anos 1980. O artigo visa compreender a atuação de alguns de seus professores, expoentes no processo do desempenho político, administrativo e acadêmico do curso, cuja história reflete exemplarmente a valorização do bacharelado e da pesquisa em detrimento do ensino, das licenciaturas e das graduações no país após a implantação do sistema de pós-graduação brasileiro pelos governos militares.

Palavras-Chave: História. Memória. Cursos de História. História da História.

ABSTRACT: This article is about the history of the course of History at the Federal University of Paraná (UFPR) focusing on the creation of her Master's course in 1972, their background and what the favored course be a reference to other masters in Brazilian history in the 1980s. The article aims to understand the actions of some of their teachers, exponents in the pro-cess of policy performance, administrative and academic course, whose history reflects the appreciation of exemplary baccalaureate and research at the expense of education, the undergraduate and graduate in the country after the implementation of the Brazilian graduate system by the military governments

Keywords: History. Memory. History courses. History of history.

¹ Financiamento CNPq.

² Doutor História (UFMG). Pós-doutorando (PPG-His - UFRJ), professor adjunto do curso de História e professor integrante do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), da UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná), campus de Campo Mourão (Paraná - Brasil).

Introdução

Consideração intempestiva – Entre a escola, a universidade e a sociedade

O sistema brasileiro escolar de ensino – ginásial e superior - foi organizado desde o século XIX e seus parâmetros são os do ensino francês de História. A história sempre havia sido patrimônio comum, mas, a certo instante, a instituição escolar a transforma em matéria, no mesmo processo em que a história se disciplinariza em cursos universitários para formação de professores. Por conteúdos, o passado desloca-se de vidas individuais e passa a ser interpretado como passado nacional, elaborado e transmitido para legitimar o Estado como guardião de identidade e memória únicas.

Na época atual, vários meios e suportes de elaboração de História vicejam na sociedade. Somos “seduzidos pela memória”, como quer Andreas Huyssen (2000), vivemos um tempo de eterno presente para François Hartog (2013): coisas, práticas e procedimentos mal duram no tempo e logo são substituídos, exigindo a reelaboração teórica de fundamentos e justificativas. Não vivemos mais o século XIX, mas uma era de “mania preservacionista” (SAMUEL, 1996, p.39 *apud* SARLO, 2007, p.11), ou – de um ponto de vista metateórico - um “neo-historicismo” tão eficiente “como quando [conteúdos de história] foram objeto privilegiado [nas] instituições escolares desde o fim do século XIX” (SARLO, 2007, p.11). Muita memória está acionada, hoje, por testemunhos que viveram situações históricas extremas, mas também pelo enfraquecimento do postulado de que o conhecimento do passado pertence a um segmento social que pode dizê-lo exclusivamente.

Teorias explicativas das dinâmicas administrativas e didático-pedagógicas da instituição escolar e da universidade - e esquemas conceituais consagrados do conhecimento histórico - são afetadas por essa era de mania preservacionista, que difunde exaustivamente memórias, rememora quase tudo e pleiteia o reconhecimento de seus modos de dizer o passado.

Da parte da pesquisa do Ensino e da Educação, pesquisadores convivem com reflexões que reivindicam a área educacional se alinhe às mutações do século XXI, em meio às quais dinâmicas cognitivas teriam sido modificadas também. Defendendo teorias construídas em outros tempos e contextos, pesquisadores aparentam, às vezes, viver uma discussão inesgotável e angustiante. Ex-

periências muito bem-sucedidas de renovação no Ensino de História não são suficientes, porque a instituição escolar estruturante pouco muda e preserva modelos e práticas secularmente cristalizados.

Não obstante isso, o passado atrai os colegiais, mas não o passado como organizado na/pela estrutura escolar e acadêmica: filme, televisão, revistas, internet etc. vencem na hora de captar a atenção e deixam um tema a mais para pesquisadores, para o qual parece ainda não ter sido encontrada a devida teoria esclarecedora. O que fazer com a atração que novos meios de transmissão da história exercem sobre colegiais legitimados por uma autoridade que não tem lastro na escola nem na universidade para dizer o passado?

O livro didático canonizado não é mais apoio exclusivo do conhecimento. À percepção de que há bem mais memórias coletivas que não estão contempladas pela escola nas grades curriculares, somam-se práticas educativas socialmente difusas que a escola refuga alegando contra um pragmatismo instrumentalista, ideais questionáveis e uma narrativa histórica que consola e não critica.

Escola e universidade não estão destacadas uma da outra.

Michel de Certeau (2011) compreende que o conhecimento histórico como o produzimos é moldado institucionalmente segundo modelos de academias de letrados dos séculos XVII e XVIII europeias que preconizavam a supremacia iminente do escrito sobre o oral. A História é conhecimento pelo escrito e é comum ouvirmos que “povos sem escrita são povos sem história”. A História é saber sobre o escrito e o lido no livro. A tradição de auto pensamento dos praticantes de História e que organiza o conhecimento transmitido pela correia de transmissão à escola, conseguiu atingir uma teoria de interpretação do escrito e do lido a partir de elaborações teóricas elucidativas que, no entanto, enrijeceram o preceito de uma superioridade natural do homem que lê e escreve sobre aqueles que dispersam seu aprendizado pelas possibilidades interpretativas do oral e de discursivizações não-escritas. Essas não potencializam conhecimento crítico e participativo também? Parece-nos que ainda não há apoio teórico-interpretativo consistente que ressalte as propriedades cognitivas de outros meios e recursos, embora já sejamos cientes de que eles moldam percepções sobre a história e o tempo.

Exatamente o que aconteceu com a história quando ela deixou de ser patrimônio vivo e se tornou matéria escolar e ciência no século XIX?

Antes, esse patrimônio passava de geração a geração na oralidade e na escrita, mas, há pelo menos três décadas, passa nas horas noturnas do serão televisivo, da Internet, do cinema em shopping-centers e na leitura de revistas e livros ilustrados. Beatriz Sarlo (2007) adverte que na concorrência com agentes não-acadêmicos produtores de conhecimento histórico, os historiadores estão perdendo, e sugere que discutam suas práticas institucionais internas e reflitam sobre vantagens e desvantagens de seu sistema de confirmação do saber por legitimações estritamente internas e autorreferentes.

Estudar a história de cursos de História é verificar como um grupo disputa e fixa interpretações do passado, autorizando-as ou desqualificando-as, interpretações organizadas segundo procedimentos didáticos, técnicas de investigação de materiais, ênfases conceituais, conteúdos curriculares, finalidades formativas, funções profissionais fixadas, abordagens seletivas. E mais: em função da representação que seus responsáveis elaboram sobre a relação da História e de seu profissional com a sociedade. A investigação da história de cursos de História revela bem mais do que a estruturação de um campo de conhecimento, e mais sobre campos de disputas e conflitos. Histórias de cursos de História podem revelar como se transforma em patrimônio privado de um círculo de sábios um patrimônio comum de memória e saber coletivos, por um processo que firma procedimentos hierárquicos de poder, os quais, na pauta das atribuições morais e éticas da disciplina História, talvez esteja inclusa como obrigação exatamente combater. Estudar a história de cursos de História é constatar o que aconteceu para fazer com que cursos que formavam professores se transformassem em cursos para formar pesquisadores especialistas estritamente. Não conseguimos pensar ensino (nem extensão!) sem pesquisa, mas conseguimos pensar pesquisa em si mesma.

Esse não será, hoje, um ideal idealizado que dá sinais de que algo precisa ser revisado se pensamos nos públicos da História, principalmente os cinquenta milhões de escolares?

1. A história em interpretação

Disciplinas e cursos acadêmicos não surgem de fatos ditos “naturais”, como índole, vocação e coisas similares, mas resultam de escolhas ditas “de ciência”, escolhas de caráter político-cultural conforme épocas, conjunturas e dividendos políticos a serem obtidos, em alguma medida dividendos de natureza corporativa. Cursos universitários de História não são diferentes, embora se espere de um campo de conhecimento denominado “História” que acompanhe seu tempo. É contraditório em si acreditar que transformações históricas aconteçam e as relações profissionais e institucionais que constroem e definem o conhecimento histórico não se transformem também.

Este artigo trata da história de um curso de Mestrado em História, o da Universidade Federal do Paraná.

Uma história que recua à criação, em 1938, do curso de graduação de Geografia e História na então Universidade do Paraná, ainda não federalizada, e se estende até 1972, quando, dentro do Departamento de História, o DEHIS, o curso de pós-graduação, o Mestrado, foi criado. Na história do curso de História na UFPR ao longo dessas quase quatro décadas, a criação do Mestrado participou do processo de institucionalização de uma memória e de uma identidade para o Estado do Paraná. Sujeitos com autoridade pública reconhecida, autorizados pela instituição científica, historiadores podem elaborar seus cursos alinhados ao ator estatal do qual dependem, e a quem, em última instância, servem, mesmo que numa adesão não-explicitada, não-revelada e nem mesmo percebida por aqueles que a vivem. Estados celebram datas e heróis cívicos porque sua pertinência e cabimento foram, um dia, avalizados pela História constituída em instituições de saber superior, mesmo que tempos depois outras Histórias tenham vindo fazer a crítica daquelas datas e heróis, relativizando-os.

O corpus de trabalhos sobre história de cursos de História não é grande, não há tradição na área, mas ela tem crescido: “Ainda que as reflexões dos historiadores sobre suas práticas intelectuais e sociais sejam relativamente recentes, a história da História tem se tornado, cada vez mais, um objeto nobre e relevante de investigação” (FERREIRA, 2013, p.8).

A reflexão de historiadores sobre história de cursos de História analisa sobremaneira a história dos cursos da Universidade de São Paulo (USP), de 1934,

da Universidade do Distrito Federal (UDF), de 1935, e da Universidade do Brasil (UB), de 1937. A discussão metodológica sobre os “caminhos” da institucionalização da disciplina histórica retroage à institucionalização da História “na segunda metade do século XIX e início do século XX”, tendo a França como baliza, na ocasião em que o ensino superior tornou-se “elemento central (...) para a afirmação nacional, para a formação das elites, para o progresso científico e econômico” (SILVA, 2011, p.30/31). É prestigiado o texto de Gérard Noiriel, *Naissance du métier d'historien* (1990),³ sobre o contexto de disputas políticas entre republicanos e conservadores pelo controle do discurso sobre o passado da França durante a Terceira Republica (1870-1940).

Estudar a história de cursos de História numa perspectiva histórico-sociológica é o que faz esse texto, combinando o exame das mutações de uma *episteme* à análise de uma organização social.

Analisar cursos sem desprezar a abordagem epistemológica - que toma a História por *episteme* que funda uma realidade de conhecimento por critérios de um campo disciplinar - mas examiná-los, também, por *empiria*, que parte do observável e verifica, entre agrupamentos sócio-profissionais em cursos, as correlações de força que condicionam interesses diversos em disputas, que não são só interpretativas e didático-pedagógicas, mas também disputas para poder conquistar lugares e firmar memórias coletivas - e mesmo firmar uma memória da História. À história da História de corte epistemológico vem se juntar outra que se refere ao conhecimento histórico organizado segundo a dinâmica de uma organização social emponderada. Essa a perspectiva desse texto.

Houve duas gerações de professores entre 1938 e 1972 na história do curso de História da UFPR, gerações articuladas a épocas da história paranaense e brasileira.⁴

A primeira geração de professores era recrutada sem os dispositivos profissionais que viriam depois, e eram normalmente nomeados pelo presidente da

³ “Nascimento do Ofício de historiador”.

⁴ Criado em 1938, no mesmo ato de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então Universidade do Paraná, o curso de História foi, durante anos, curso de “Geografia e História”. Em 1950 houve a federalização da universidade - a partir de então Universidade Federal do Paraná - e em 1955 decreto federal mandava que as áreas de Geografia e História se desdobrassem em cursos separados. Mesmo com o decreto, a separação não aconteceu de imediato na Universidade Federal do Paraná, persistindo os cursos unificados por alguns anos. Em 1961, quando da criação do Departamento de História, o DEHIS, já se falava em curso “de História” simplesmente, embora professores do curso ainda transitassem, residualmente, por eventos da área da Geografia.

República segundo indicação de autoridades superiores. Uma geração que se ligava ao processo histórico dos anos 1930 da criação dos primeiros cursos de Ciências Sociais brasileiros. Da segunda geração, os alunos da primeira, saíram os professores do curso nos anos 60 e 70, geração iniciada em práticas profissionais menos marcadas por indicações políticas explícitas e identificáveis. Uma geração que se ligava ao processo da reforma universitária – dos anos 1950 até 1968 – e ao implante dos programas da pós-graduação no país, em início dos anos 1970.

A história da criação do curso de Mestrado em História da UFPR, em 1972, quase quatro décadas depois de criado o curso de graduação em 1938, revela pontes conceituais entre essas gerações encarnadas em professores exponenciais de alto valor político agregado, com trânsito junto a poderes de Estado e capazes de fazer um enquadramento teórico-metodológico e de concepção original na análise histórica, o que terminou por galgar o Departamento de História da UFPR a um grau de prestígio junto a governos e à comunidade de historiadores. Prestígio a que aderiram grupos de profissionais formados na disciplina mais identificados com perfis do curso como “curso de pesquisa”, no processo de incremento da industrialização e urbanização no Brasil dos anos 1960 e 1970, de muita segmentação econômica e de sobrevalorização da pesquisa profissional científica centralizada por agências de fomento – o que vai deslocar o foco do Ensino de História para o de Pesquisa Histórica, na esteira da implantação da pós-graduação.⁵

Criado em 1972, o curso de Mestrado em História da UFPR tornou-se um curso exemplar em pouco tempo de existência – um curso referencial para todo o país. O que aconteceu no processo de criação do Mestrado na UFPR, o que o favoreceu, o que o fez um curso referencial – o primeiro curso de Mestrado em História de uma universidade federal reconhecido pelo Ministério da Educação?

⁵ Seria importante corrigir percepção corrente de que a preocupação com o Ensino de História, após o implante da pós-graduação, teria sido abolida. O tema do ensino está na pauta da discussão de profissionais de História, mas o caráter da discussão é que deve ser sublinhado. Se havia – como de fato havia – preocupação e debate sobre o ensino, não seria impróprio afirmar que ele estava posto numa equação em que era subordinado, ou mesmo subalternizado, com relação ao que seria uma prática-princeps: a pesquisa investigativa especialista. À universidade cabia produzir e à escola reproduzir.

2. A criação do Mestrado da UFPR: a história em fatos

Em 1957, Cecília Maria Westphalen entrava para o curso de História como professora catedrática da cadeira de História Moderna e Contemporânea, a única cadeira do curso que, desde sua criação, viveu dificuldade constante para fixar professor catedrático. A professora vinha para resolver um problema antigo. A reforma universitária era uma das reformas de base de João Goulart e em fins de 1950 já eram muitas as movimentações do governo federal para fazer uma reforma no ensino superior. Em 1953, Cecilia Westphalen, também professora do Colégio Estadual de Curitiba, publicava *Pequena História do Paraná*, em edição de capa colorida e com várias ilustrações internas, aprovada pela comissão de professores designada pelo Secretário de Educação e Cultura do Estado. Ainda em 1953, ela secretariava o evento de comemoração do Centenário da Emancipação do Paraná, iniciativa conjunta do então curso de Geografia e História com o Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico paranaense, ocasião em que publicou um texto na revista desta instituição.

Entre 1955 e 1957, Westphalen filiou-se à Associação Histórica Inglesa e aprofundou relações com a Escola dos *Annales*, via Fernand Braudel, tornando-se membro da Sociedade Marc Bloch de História sediada em Paris. A tese da professora para o concurso acadêmico versava sobre Carlos V,⁶ e a partir de então ela passa a desenvolver pesquisa sobre o comércio atlântico brasileiro intercontinental através do Porto de Paranaguá, o que englobava consulta à documentação sobre o comércio atlântico europeu, então, nos anos 1950, objeto de interesse de Fernand Braudel. Através de Cecília Westphalen, o curso de História da Universidade do Paraná se internacionalizava, para o que criar uma unidade administrativo-acadêmica com alguma dose de autonomia poderia ser vantajoso, na esteira de itens de uma reforma universitária já em discussão e que levaria a mudanças previsíveis e inexoráveis.

Em 1959, de volta de viagem à Europa para participar de eventos acadêmicos - oportunidade em que estreitou laços com membros da Escola dos *Annales*, em Paris - Cecília Westphalen propõe a criação do Departamento de História, ofi-

⁶ A referência da tese da professora é WESTPHALEN, Cecília Maria. *Carlos Quinto – 1500-1558. Seu Império Universal*. (s.e.). Curitiba, 1955. (Tese apresentada ao concurso de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná em 1957)

cialmente aprovado em 1961. A professora mobilizava capital cultural que prestigiava o departamento de História da UFPR tornando-o capaz de competir no mercado de bens simbólicos pela produção de um passado paranaense.

Antes da criação de seu Mestrado, porém, outras personalidades de importância estratégica nada desprezível se destacaram.

Brasil Pinheiro Machado era o professor catedrático da cadeira de História do Brasil desde a criação do curso em 1938. A História do Brasil era sua cátedra, sempre estável, ao contrário da instabilidade da cátedra de História Moderna e Contemporânea – ocupada por Cecília Westphalen. Ela, com Altiva Pilatti Balhana e Pinheiro Machado, formavam uma trinca de profissionais visionários que alavancariam o prestígio do curso de História nos anos 1960 e facilitariam a criação do mestrado em 1972.

O currículo de Pinheiro Machado era importante.

Interventor federal no Estado em 1946, deputado federal, conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Paraná, diretor da faculdade de 1938 a 1945, por dois mandatos consecutivos. De 1939 a 1948, atuou em pequenas licenças para conjugar com a direção da faculdade — parte de 1941 e 1942 esteve licenciado — em 1946 foi interventor do Estado durante pouco mais de oito meses e em 1948 (até 1951) esteve de licença da cadeira para exercer mandato de deputado federal no Rio de Janeiro. Mesmo de longe, o professor concorria, estudando, para manter o debate sobre o Brasil em dia dentro de sua cadeira, embora tenha tido uma produção mais difundida dentro do estado. Considerado o grande intelectual do curso de História da UFPR por seus ex-colegas, antenado com as discussões sociológicas interpretativas sobre a formação do país desde os anos 30 e 40, nem por isso Pinheiro Machado esteve atuante no debate público em esfera nacional. Em 1951, ele lançaria um pequeno panfleto - *Sinopse da História Regional do Paraná* - de cujo desdobramento vieram as linhas de pesquisa que, anos depois, marcariam o pensamento histórico dentro do Departamento de História, o DEHIS, da UFPR. O professor lançava em 1951 a matriz temática regionalista que iria vincar o processo de deslocamento do curso de História para a pesquisa do Paraná nos anos 1960 e 1970. Mas seu panfleto ainda carecia de maior expansão.

O panfleto de Pinheiro Machado alcançava o Paraná por uma agenda investigativa restrita da história do estado. Ela vai se expandir ao longo dos anos 1950 e, principalmente, nos anos 1960 – durante a primeira década de atuação do Departamento de História e de cujo desenvolvimento de trabalhos e projetos derivaram a oportunidade e a pertinência de um curso de Mestrado.

Foram muitas as iniciativas do curso nos anos 1960 a ponto de se cogitar, retrospectivamente, que naqueles anos esteve em gestação o curso de Mestrado.

Desde seu início, o DEHIS foi bastante ativo e propositivo.

Nos anos 1960, é notório o arco ampliado de iniciativas e atividades realizado por seus professores em matéria de encargos de aulas, mas, principalmente, suas ações em matéria de projetos de pesquisa e de extensão – com cursos de aperfeiçoamento de professores do ensino médio no estado, participação na Extensão Universidade Volante, participação em eventos, acadêmicos ou não, assessoramentos técnico-científicos a órgãos setoriais, publicação em revistas, acadêmicas ou de grêmios culturais e, especialmente, na capacidade do departamento de agregar, liderar e engajar, no estado, professores e alunos de faculdades estaduais que mantinham cursos de História num grande projeto de levantamento de fontes históricas. O Departamento de História havia começado, logo em 1961, modestamente, a levantar arquivos de Curitiba e região, mas com uma abrangência pequena, que só depois iria crescer. Em 1968, as atividades de arquivo desaguaram no projeto maior que faria crescer a projeção do Departamento de História para dizer o passado paranaense: o projeto *Levantamento de Fontes para a História do Paraná*.

A primeira fase do projeto começou em 1968 e terminou em 1969. Um de seus feitos foi o de arregimentar alunos e professores de cursos de História de faculdades do interior do estado onde havia cursos de História, distribuindo a cada curso, sob supervisão, tarefas de fazer o levantamento de arquivos em cidades do interior do Paraná. Foram mobilizados professores e alunos para pesquisas em arquivos administrativos, cartoriais e paroquiais de Curitiba, Lapa, Maringá, Mandaguari, Londrina, Ponta Grossa, Paranaguá, São José dos Pinhais, União da Vitória – entre outras cidades.⁷ A iniciativa ajudava a capilarizar o DE-

⁷ Durante alguns anos, o Boletim do Departamento de História publicou os resultados do levantamento feito dentro do projeto. As publicações, inteiramente dedicadas a arrolar a documentação, serviam de catálogo a pesquisadores interessados na história do Paraná. Foram publicados arqui-

HIS para o interior do estado e auxiliava no enraizamento de seu protagonismo na criação de uma memória histórica do Paraná escrita e institucionalizada.

A tarefa do Levantamento de Arquivos ia se mostrando relevante e reconhecida em simpósios da APUH: o curso de História da UFPR, nos anos 1960, era citado como modelo de preservação de documentação histórica no país, situação sempre criticada em vista do desdém de administrações públicas e entes privados em geral para cuidar e guardar os arquivos e documentação. O curso de História da UFPR parecia demonstrar a disposição de ir adiante à responsabilidade de cuidar e tratar arquivos da história do estado do Paraná, o que lhe trazia o reconhecimento da comunidade acadêmica. O Mestrado em 1972 seria o coroamento de um trabalho provindo dos longos anos 1960 do curso de História. Ele era iminente e as condições estavam praticamente dadas.

Os resultados da atividade de localização e de identificação da grande massa documental identificada - que amealhou séries e mais séries de documentação sobre a história do Paraná, no projeto de Levantamento de Arquivos - deixou ao curso de História a responsabilidade metodológica de encontrar a abordagem adequada para lidar com a extensa documentação seriada constituída. Atar a análise da documentação, dando sentido aos fatos seriados descobertos, acabou sendo feito pelo DEHIS, no Mestrado, a partir de 1972. A proposta analítica do curso aderiu - naquele momento algo original no Brasil - ao escopo conceitual da História Serial Econômica e Social estatística desenvolvida por autores franceses como Louis Henry, Frederic Mauro e Pierre Chaunu, o que viria a dar a marca do perfil teórico-metodológico do Mestrado.⁸ Definindo o papel social do historiador, priorizando objetos de estudo, constituindo fontes e adotando métodos particulares à ciência histórica pela via da tradição historiográfica francesa, o curso de História da UFPR ia construindo as condições que justificavam sua existência e a criação de sua pós-graduação. Conforme os ditames da institucionalização da

vos da Paróquia de Santa Felicidade, Prudentópolis (1971), Castro (1972), Paróquia de Campo Largo (1973), Paróquia de Santa Anna de Abranches, Palmeira (1974), Imbituva (1975), Guaruapuava (1976). Ainda em 1984, os boletins apresentavam resultados do levantamento de arquivos. Os boletins 26, 27, 28 e 29, daquele ano, publicavam os arquivos de Campo Largo, Rio Negro e da Água Verde, em Curitiba. Interessante que, em 1974, quando saíam as dissertações da primeira turma de Mestrado do curso, todas estavam sendo escritas com a documentação até então levantada pelo projeto do Departamento.

⁸ No período de organização do Mestrado, Louis Henry foi convidado para compor o corpo docente como Professor Visitante. Ele esteve em 1974 em Curitiba oferecendo cursos de Demografia Histórica, do que resultou um livro escrito por ele, e publicado, em 1974 mesmo, pela editora da UFPR: *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*.

pós-graduação no Brasil naquele momento, havia pesquisa, havia corpo docente, havia linha metodológica fixada.

Mas faltavam ainda ao DEHIS dois componentes que ajudariam menos abertamente o projeto de Mestrado: a ancoragem temática do curso a uma abordagem histórica de um Paraná territorialmente mais amplo - que não o restringisse ao planalto curitibano e aos Campos Gerais, fixados pelo folheto de 1951 de Pinheiro Machado - e a movimentação em torno de agentes e órgãos da política educacional que favorecesse o fomento e os discursos positivos sobre o desempenho do curso e sua importância para o estado.

A âncora temática veio da articulação interpretativa e conceitual da História incorporada pelas análises de Cecília Westphalen e Pinheiro Machado, mas também das análises de outra figura exponencial no departamento: a professora Altiva Pilatti Balhana.

Nesse momento, o panfleto *Sinopse da História Regional* de Pinheiro Machado, de 1951, ganharia expansão. Quando o autor o publicara pela primeira vez, sua abordagem circunscrevia-se ao Paraná que estava ocupado como consequência da longa expansão territorial dos séculos XVII, XVIII e XIX do planalto curitibano tendo a vila de Curitiba como "centro de irradiação" propulsor. Era uma área geográfica que cobria quase apenas um terço do território do estado saído do litoral. Mas os anos 1950 e 1960 integrariam as regiões geográficas paranaenses, resultando daí impactos nas pesquisas desenvolvidas no DEHIS. Aqueles anos foram de integração do estado com movimentos populares agrários que chamavam a atenção para a porção do estado desconhecida, seu sertão, e não apenas ao estado circunscrito de Pinheiro Machado, o que atraía a atenção para o Paraná do século XX.

Em 1968, no texto que abre o Boletim 7 do DEHIS, *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno*, Cecília Westphalen, Altiva Balhana e Brasil Machado firmam a distinção histórico-territorial entre dois Paranás, o "tradicional" — "Paraná da mineração, da pecuária, das indústrias extrativas e da lavoura de subsistência [onde] estão presentes o branco, o índio e o negro (...)" (BALHANA, 1970, p.28) — e o "Paraná Moderno", resultante da desagregação da sociedade campeira tradicional da segunda metade do século XIX, com dispersão de gentes para outras partes do território ocupando terras novas, dispersão de

escravos vendidos no mercado interno resultantes da crise do escravismo e a entrada de contingentes populacionais de imigrantes.

O Paraná identificado como “Moderno” criava uma linha de pesquisa que examinava as mutações da ocupação territorial do estado a partir do fim do século XIX e fazia aparecer para a história contingentes populacionais nunca antes estudados numa “história demográfica” que Altiya Balhana pontifica. “Esses indicadores (...) contribuíram de modo ponderável para transformar a estrutura demográfica dominante no Paraná” (BALHANA, 1970, p.29). O Paraná Moderno é o das populações que ocupam o Norte e o Oeste cafeeiro do estado egressas de São Paulo e Minas Gerais e de imigrantes que ocupam o Oeste e o Sudoeste vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em grande parte. A incorporação analítica desse outro Paraná e de suas populações os punha na história, incluindo-os e valorizando-os, no mesmo processo em que, ao longo dos anos 1950 e 1960, se integravam as partes territoriais do estado até então afastadas uma da outra.

Tematicamente, a incorporação do Paraná dito Moderno ajudava a conceber o projeto de Mestrado em História da UFPR como investigação de um estado que se integrava em um passado elaborado como passado comum, não obstante as diferenças de história – e, podemos dizer – um Mestrado que ajudaria a inventar – até hoje imagem muito corrente – a marca do estado como “terra de imigrantes”. O estado todo era incorporado como item de investigação histórica e tratamento memorialístico afinado ao processo de integração do Paraná do leste com o do oeste, do litoral com o sertão, do caboclo com o estrangeiro. Um processo de integração capitaneado pelo Estado do Paraná, a quem interessava, claro, o endosso de seus feitos integradores por uma instituição histórica que lhe credenciava como agente histórico a ser celebrado.

No Mestrado, o tratamento metodológico dos novos objetos e de suas fontes foi explicitado por Altiya Balhana em vista da massa documental levantada pelo DEHIS no projeto de levantamento de fontes documentais. “Nesse quadro reclamava especial atenção a história demográfica, ou seja, o estudo numérico da população e da estrutura social paranaense no tempo” (BALHANA, 1970, p.27). Com fontes seriada disponíveis, temas históricos fixados e metodologia configurada, o curso de Mestrado da UFPR poderia ser criado, auxiliando a con-

formar a memória de uma identidade para o Paraná pelo tratamento técnico de grandes séries documentais arquivísticas por metodologia quantitativa de história demográfica que captava dinâmicas e deslocamentos populacionais – apresentados em textos cheios de curvas e gráficos estatísticos.

Especialmente no que se refere ao movimento imigratório, tem sido encarecida a necessidade de estudos críticos dos dados disponíveis e do tratamento estatístico dos mesmos, não só para o melhor conhecimento da intensidade, composição e regularidade do fluxo imigratório, mas também dos coeficientes de fixação, crescimento populacional e movimentos de redistribuição de imigrantes. O mesmo deverá ser feito em relação às migrações internas que tiveram grande importância no desbravamento e ocupação de extensas áreas do Paraná Moderno (BALHANA, 1970, p.30).

No entanto, a presunção de que articulações políticas foram igualmente indispensáveis para a consecução do curso não é nada desprezível. Vamos a elas agora.

A movimentação política explícita foi feita por Cecília Westphalen, quem a promoveu e a incrementou, articulando o curso ao capital de relações que a participação nas esferas políticas trazia em termos de auxílios, negociação e reconhecimento do papel do curso de História para a elaboração do passado histórico paranaense. Destaca-se, de 1965 a 1972, o auxílio regular da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná (SEC/PR) para projetos e iniciativas acadêmicas do curso de História. A atuação de professora recuava um pouco no tempo.

Na esteira da criação de uma política pública para a Educação no Paraná alinhada a um Sistema Nacional de Educação pelo Conselho Federal de Educação (CFE), o período de 1962 a 1965 havia sido importante pelas iniciativas desenvolvidas voltadas ao ensino superior. A professora Cecília Westphalen esteve ligada, desde sua criação, em 1962, à FUNDEPAR – Fundação Educacional do Estado do Paraná - então órgão de fomento de pesquisas do Estado.

A professora foi, ainda, atuante como conselheira junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE/PR) desde sua criação em 1965. Nesse ano, a então diretora do DEHIS informava aos professores do curso proposta de convênio que fizera ao Conselho Técnico-Administrativo da faculdade com a Secretaria de Estado para ser realizado “em cooperação mútua, levantamento dos arquivos exis-

tentes em Curitiba, bem como o arrolamento de fontes primárias [neles?] encontradas". (Livro de Atas do DEHIS, 18.10.1965). Era o projeto de levantamento de fontes de 1968 que se desenhava.

Foi, sobretudo saliente, entre 1965 e 1971, a atuação da professora como conselheira do Conselho Estadual de Educação (CEE/PR). O Conselho Estadual de Educação do Paraná em que a professora atuou foi criado ainda no governo de Ney Braga, em 1964, e implantado no ano seguinte. A professora atuou como conselheira junto ao CEE desde sua implantação até 1971 – um ano antes da criação do Mestrado em História da UFPR. Informações do pesquisador Sandino Hoff analisam textos da conselheira Westphalen na Revista *Criteria*, órgão de divulgação das atividades do Conselho. "Os artigos dos conselheiros foram publicados nos números 3 a 8 da *Criteria* e examinaram assuntos diversos, em busca de subsídios para o que consideram os novos tempos do Paraná e a adequação da educação à época do desenvolvimento industrial" (HOFF, jul.dez.2008, p.284). Dizia Hoff: "A conselheira Cecília Maria Westphalen considera que o CEE realizou uma ação revolucionária, principalmente no item qualificação do magistério" (HOFF, jul./dez 2008, p.285-286).

Para a professora, o CEE estava transformando "[...] estruturas arcaicas, capacitando o povo brasileiro a acompanhar a marcha rápida da civilização contemporânea." (WESTPHALEN, 1967, p.2 *apud* HOFF, jul./dez 2008, p.286). A sequência dos argumentos de Sandino Hoff sobre os textos analisados dos conselheiros do CEE demonstra o investimento da diretora do Departamento de História numa atuação no Conselho que prestigiasse a "profissionalização de professores brasileiros", em função de uma nova sociedade "fundada no progresso científico e na técnica industrial" que requeria a formação de "sábios e técnicos", identificados os sábios a professores e os técnicos a engenheiros. O professor replicaria no ensino o que fazia o pesquisador no campo da investigação acadêmica. Era uma preocupação com o ensino que adotava o postulado de que ele era reprodutor, cabendo à pesquisa a produção de conhecimento.

A atuação da professora articulava o curso de História com a política pública do Estado num Sistema Estadual de Ensino integrado a um Sistema Nacional de Ensino. Isso provavelmente facilitava promover as possibilidades de entendimento e negociação política da professora a fim de fazer do curso de História da

UFPR componente indispensável do que ela entendia ser uma política adequada para o papel do curso na qualificação de profissionais para a área educacional. Enquanto esteve a frente do DEHIS, Westphalen foi próxima de governos alinhados a governos militares e à doutrina do desenvolvimento nacional, do que se presume, evidente, que seus alinhamentos tenham trazido “facilidades” para a consecução do Mestrado em História.

Nos anos 1960, o curso prepara seu Mestrado em duas frentes, então: uma mais interna – de decisão conceitual e teórico-metodológica tributária de aproximação pessoal e intelectual com representantes da escola historiográfica francesa – e em outra mais externa, ligada à elaboração de um *know-how* de Técnicas de Pesquisa Histórica que viraram referência e que associavam a expertise técnica de identificação de arquivos a uma época de especialização e de elaboração de conhecimento especialista qualificado – ajustado discursivamente ao processo de industrialização brasileiro e a uma doutrina do desenvolvimento que provavelmente agradava a setores políticos estaduais e federais.

O curso de Mestrado em História da UFPR poderia, assim, se qualificar entre instituições que no Paraná diziam o passado, em função do relacionamento de alguns de seus principais mentores com instituições e governos alinhados a uma ideologia do desenvolvimentismo e da industrialização, que era a dos governos do primeiro período militar. É no passado onde se aloja o material imaginado com que justificamos o presente e projetamos o futuro. O caminho estava dado para a criação do Mestrado, bastava trilhá-lo.

Pontificado pelo projeto de Levantamento e Arrolamento de Arquivos – integralmente financiado pela FUNDEPAR – é bastante provável que todos estes acontecimentos e o desempenho do curso tenham preparado a “escolha” do curso de História da UFPR para encaminhar o primeiro projeto de Mestrado em História da região Sul do país. Condições havia: um *objeto histórico* foi fixado — o comparativo de um Paraná Moderno com um Paraná Tradicional; *fontes históricas* constituídas — documentação da história colonial, imperial e republicana paranaense levantada, localizada e identificada em arquivos; um *método foi adotado* — o da análise técnica qualificada de documentos por profissionais devidamente formados para tal; *modelos de abordagem* ganhavam espaço — a elaboração de uma identidade paranaense no seio de uma identidade nacional pelos

modelos da longa duração braudeliana e da História Quantitativa; e um *status professional* foi se firmando — o historiador é um “oficial de arquivo”. Aqui, com Altiva Pilatti Balhana, a grande figura de destaque foi a professora Cecília Westphalen. Brasil Pinheiro Machado era uma cabeça intelectual, menos pragmático, e mais a serviço de inserir a história do povoamento do Paraná no processo de interpretação da história da formação do Brasil como um todo, discutida desde o século XIX por figuras de proa como Capistrano de Abreu.

No ano 1972, era, então, criado o Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o primeiro do Sul do Brasil e o primeiro considerado como de excelência poucos anos depois pelo Ministério da Educação. Os anos 1960 haviam sido preparatórios do Mestrado em vários sentidos.

A experiência bem-sucedida da criação do curso dentro do Departamento de História da UFPR é expressiva da conjunção de fatores conjunturais do desenvolvimento da história da disciplina História no país nos precedentes anos 1960 e 1970, do empenho de algumas pessoas para a consecução de um programa de estudo e, mesmo, da forma de interação entre os propósitos do programa de Mestrado com as expectativas que os Estados Brasileiro e do Paraná depositavam na História.

Estados depositam no conhecimento histórico especialista do passado a expectativa de chancela e endosso de suas políticas públicas de identidade e memória.

Final - alguma consideração sobre profissão

Muitos pesquisadores da área educacional, e mesmo historiadores consagrados, não gostam nem de pensar na possibilidade de estudantes de História não serem docentes e/ou pesquisador e referem-se ao pleito de recém-formados em História de trabalharem em outros espaços de atuação - e com outras habilidades que nossos cursos não ensinam - pejorativamente como “essas outras coisas aí que querem que o historiador faça”. Daí deriva angústia em função da divisão que ficamos entre a imprescindibilidade da reflexão sobre o que estudantes de História reivindicam, mas sem exatamente saber por que tanta resistência

raivosa da parte de colegas por outras atuações de historiadores em espaços que uma época de mania preservacionista promove.

Em entrevista recente, Leal faz afirmações sobre mercado, condições de trabalho para historiadores formados, cursos de História e o projeto de regulamentação da profissão de "historiador":

(...) É claro que história é uma opção pessoal, e assim o deve ser, mas isso não quer dizer então que temos que aceitar um mercado limitado, salários baixos e reduzidas opções de caminhos profissionais. Não me parece nenhum demérito pensar no campo da história não só como realização pessoal, mas também como mercado! Evidentemente que a melhoria da área não se deve somente a este tópico, mas também à qualidade dos cursos, à reformulação de currículos, da oferta de novas formações (como o mestrado profissional) etc. Não questiono isso. Mas a regulamentação é uma conquista que favorece a melhoria do campo profissional. Pelo menos tem tudo para ser. Outras profissões passaram por marcos regulatórios e, na maior parte dos casos, isso foi positivo. Durante o debate público sobre a regulamentação, que em certo momento chegou a envolver grandes jornais como o Estadão e a Folha de São Paulo, apenas para citar dois exemplos, surpreendeu-me o nível da discussão ter sido tão fraco. Vi muitas reportagens que entrevistavam grandes nomes da historiografia que eram contra a regulamentação (ou o projeto, especificamente). Ótimo. Acho justíssimo. E muitas dessas opiniões eram muito boas. Colocaram-me em dúvida em alguns momentos. Mas esses profissionais já estão muito bem inseridos no mercado de trabalho. Não vi quase nenhuma matéria em que se entrevistasse, por exemplo, um recém-formado em História, ou, ainda, um jovem historiador desempregado (LEAL, 2014, p.21-22)

Modificações no desenho institucional de cursos de História acompanhariam as mutações de mercado social e econômico de trabalho e muitos formados poderiam ter mais lugares num mercado de trabalho. Isso, em tese, claro. Mudanças nas formas organizacionais de cursos não ocorrem por acaso.

Estudioso do currículo e dos sistemas educacionais e disciplinares, Goodson entende que "para terem sucesso, as mudanças organizacionais precisam ser acompanhadas pelo nível institucional; quer dizer, devem ser apoiadas e aceitas" por um público mais vasto (GOODSON, 1997 *apud* SANTOS, 2011, p.39). Uma categoria institucional "curso de História" construída na esteira de uma tradição pode barrar mudanças de cursos no sentido de reintegrá-los com outros desenhos na sociedade – com outros currículos, outra função social, outro perfil de

formado, outras habilidades prescritas no diploma para uma carreira social, com outra auto-identidade profissional. Cabe hoje, ainda, a representação de historiadores como foi no século XIX - e em grande parte do século XX - em que eles seriam apenas, e tão somente, professores - não tendo sido pesquisadores? Ou a representação menos antiga de especialistas - mesmo em sociedades que se democratizam e entendem a história como um saber comum a muitos - sem estarem restritos a uma classe especial de experts?

Muitos estudantes deixam os cursos de História se perguntando: "o que vou fazer com minha formação agora?". "Onde posso trabalhar?" Gostaríamos de encontrar teorias que nos convencessem de que formados em História com maior repertório de habilidades e com uma auto-representação mais expandida seja socialmente indesejável. A dificuldade para mudanças organizacionais representadas por resistências acadêmicas chega a ser compreensível: é bastante provável que nas sociedades se espere de historiadores habilidades e a expertise com que a disciplinarização do saber comum histórico no século XIX ajudou a forjar - e que ainda hoje parece ser - a marca da disciplina - e como isso determina o desenho institucional dos cursos de História. Como um dia determinou o curso de Mestrado da UFPR num contexto de ênfase de pesquisa e demanda por especialização científica que subtraiu da História certo componente de Humanidades que muito de nós, historiadores, defendemos. A defesa de uma identidade de historiador construída como, especialmente, pesquisador expert produtor de textos exímios dirigidos estritamente ao público especialista será a única desejável, ao se desqualificar cursos que repropõem a identidade baseada numa atuação e numa formação mais ampla?

No processo de uma profissionalização inerente a sociedades complexas e segmentadas, pesquisadores elaboram uma identidade profissional que os distingue da sociedade como um todo, autorizada pelo preceito da superioridade do conhecimento científico sobre o conhecimento comum, organizado segundo categoria específica de profissionais cujo reconhecimento social se desenvolve a partir de um valor intrínseco atribuído à ciência, com finalidades definidas segundo regras de funcionamento e convívio de seus praticantes. Num tempo de ensino e de escola de massa, esse perfil de profissional desenvolve uma identidade ciosa de que o saber científico deve ser pouco permeável a injunções sociais das quais

deve ser preservado para o bem do conhecimento humano e, no caso do conhecimento histórico, identidade que se funda no suposto de que a história tem métodos próprios que encaminham um saber sobre o humano pesquisado em cursos de pós-graduação que deve ser aprendido, repetido e reproduzido pelos alunos de graduação, futuros professores que servirão à instituição escolar, reconhecida então como espaço principal de reprodução do conhecimento produzido pela universidade.

Várias proposições sobre a escola, o fato educativo, a dinâmica educacional e o valor da história hoje não sugerem comportamento tão hermético se quisermos encaminhar soluções.

Fato significativo dessa introjeção de um papel especial na vida da coletividade brasileira da parte de historiadores foi a reação que vários professores universitários tiveram quando, em meados dos anos 1970, professores do ensino básico quiseram participar da Associação de Professores de História, a então APUH. "A História estava se abrindo demais", como nos disse uma ex-professora do curso de História da UFPR. Professores houve que lastimaram o fato e reagiram raivosamente, alegando que o ato iria degradar o conhecimento histórico qualificado e hiper-especialista que se produzia dentro do ambiente acadêmico. O estatuto da APUH foi rasgado por Cecília Westphalen em 1977 no Simpósio da APUH, em Florianópolis. Professores desgostosos com aquele movimento de aproximação fundariam, em 1981, a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, a SBPH, frequentada apenas por especialistas.

As gerações de professores correspondem a épocas da história de cursos, o que, a nosso ver, correspondem a duas configurações de identidades profissionais historicamente diferentes. Sempre essas identidades se estabilizaram em representações da disciplina, auto-representação da condição profissional e representação da relação que a disciplina mantém com a sociedade. Se quisermos, podemos avançar e cogitar algumas palavras sobre uma terceira geração de professores historiadores — aquela que integramos e que tem de conviver dia a dia com historiadores formados que não têm para onde ir trabalhar.

Geração que vive um tempo de grande relativização das certezas das gerações anteriores, certezas bastante abaladas por transformações históricas nacionais e internacionais que terminam por colocar em xeque identidades constituí-

das numa tradição que vive o dilema de se revisar e ao mesmo tempo não abrir mão de terrenos de conhecimento consolidado.

O abalo da identidade historiadora que experimentamos refere-se a transformações sociais profundas que duvidam das proposições históricas emanadas dos agrupamentos que se querem autossuficientes. Tempo de demandas por reparações sociais por atos cometidos no passado, de demandas pelo passado que postulam uma história integrada pela memória de testemunhos que não acreditam numa história impessoal que não valoriza os “direitos de lembrança”. Tempo em que o processo de politização social com a ampliação dos espaços de interação, troca e participação política requerem histórias que sejam abertas a outras versões, e tempo, principalmente, de profundas transformações na história dos métodos e padrões de ensino e de mutações da função da escola, d’ora em diante entendida como lugar cultural de produção de saber cujos sujeitos não admitem viver processos de ensino-aprendizagem unilaterais que desdenhem de seus saberes prévios e de suas várias memórias não contempladas.

Nesse contexto, entra em dúvida a convicção da História como guia e orientadora, em que se põe em discussão a legítima aspiração de sujeitos sociais em elaborar e propor formulações válidas para os desafios e dilemas sociais. Um tempo de sujeitos que não admitem mais o postulado de que aquelas formulações sejam propriedades de alguns poucos espíritos formados e cultivados - pela erudição ou pela ciência.

Disso tudo decorre, senão uma crise de identidade, um grande questionamento da unidisciplinaridade e das identidades profissionais muito fechadas que insistem em se fazer reclusas em nome de ideais socialmente questionáveis e pouco sensíveis a demandas sociais mais imediatistas — e até mesmo mais sensacionalistas. Como fazer num contexto em que as realidades históricas que foram a base sobre a qual se constituíram aquelas identidades intelectuais que um dia fizeram o prestígio público da disciplina histórica parecem não existir mais? Ainda não aprendemos como fazer, mas, ao que muito tem indicado, não dá para sentarmos nostalgicamente numa identidade profissional e numa representação de professor datadas.

Investigar a história da História, a história da História como organizada em cursos, é verificar o que eles fazem - ou não - para lidar com o valor e o trata-

mento que agentes sociais atribuem à memória, fazendo-a passar como memória única, além de verificar as possibilidades e impossibilidades, as vontades e resistências, de os cursos oferecerem tratamento diferencial àquela memória única, forçando historiadores a viverem a vida pública com seus posicionamentos e critérios de avaliação, ao invés de afastar-se dela. Estudar os cursos de História é apurar a força que os mesmos têm como agentes sociais capazes de fixarem memórias públicas, capturar em função de que interesses e preceitos eles se modificam – e/ou se conservam – *pari passu* a transformações sociais.

Além do que, por último, mas não menos importante, história de cursos de História é identificar como cursos constroem sua própria memória enquanto material que explicita a relação das histórias valorizadas pelo agente estatal com histórias memorializadas por agentes não-estatais em circuitos que vivem sem precisar do aval acadêmico e que, provavelmente, não resistiriam ao exame crítico pelos métodos disciplinares. Cursos de História, e seus mestrados, podem construir e celebrar sua memória como articulada aos processos históricos e sociais que se passam como contados por eles, mas que não resistiriam a um choque de observação se postos à luz da realidade – que podem indicar sua inatualidade ante transformações sociais e históricas que os convidam a se atualizar, mas que eles não estão dispostos a considerar. O Mestrado da UFPR construiu sua própria história afinado com demandas não-reveladas de governos naquele tempo, ocasião em que certezas não haviam se transformado em incertezas. Mas o tempo de então não é mais o de agora e as perguntas ressurgem: quem somos nós, historiadores? A que, e a quem servimos? o que é ensinar História, hoje?

São questões a serem perseguidas e a pesquisa sobre como se institucionalizaram os cursos de História brasileiros pode ajudar a formular perguntas relevantes visando o encaminhamento de soluções para dilemas que vive, hoje, um campo disciplinar em que pessoas durante muito tempo estiveram certas de sua função e identidade sociais. Pessoas que, hoje, já não estão tão certas disso assim.

Referências

BALHANA, A. História demográfica do Paraná. *Boletim da Universidade do Paraná*, Conselho de Pesquisas, DEHIS, n. 10, p. 27-36, Curitiba, 1970.

- CERTEAU, M. de. *A Escrita da História*. 3 ed. RJ: Forense Universitária, 2011.
- FERREIRA, M. de M. *A História como ofício*. A constituição de um campo disciplinar. RJ, FAPERJ, FGV Editora, 2013.
- GOODSON, I. F. *A construção social do currículo*. Lisboa: Educa, 1997.
- HARTOG, F. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e experiências do tempo. BH: Ed. Autêntica, 2013.
- HOFF, S. Os fundamentos educacionais da Revista Criterias – 1964-1968. *Revista Roteiro*, Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, v. 33, n. 2, jul./dez.2008. p.283-304.
- HUYSSSEN, A. *Passados presentes: mídia, política, amnésia*. In: _____. *Seduzidos pela memória*. RJ: Aeroplano Edit. MAM, RJ. 2000. p. 9-39.
- LEAL, B. História e Realidades on-line. Colocações sobre produção, difusão e ensino. Entrevista a Bruno Flávio Lontra Fagundes e Fábio André Hahn. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 6, n. 10, jan./jun. 2014. p. 11-25.
- MACHADO, B. P. *Sinopse da História Regional do Paraná* (a ser publicado pelo Instituto, por ocasião do Centenário da Província, em 1953). SEPARATA do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. Curitiba, 1951.
- NOIRIEL, G. Naissance du métier d'historien. *Genèses*, 1 sept. 1990, p. 58-85.
- SAMUEL, R. *Theatres of Memory*. Londres: Verso, 1996.
- SANTOS, B. B. M dos. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 1970*. Entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e os estudos sociais. RJ: Ed. Mauad, FAPERJ, 2011.
- SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. BH, MG: Ed. Da UFMG, 2007.
- SILVA, N. L. da. *Institucionalização do Ensino Superior de História e Profissionalização Docente no Interior do Brasil – Araguaína, TO (1985-2002)*. 192 f. Tese (Doutorado em História Social). IFICS (UFRJ), Rio de Janeiro, 2011.
- WESTPHALEN, C. M. *Pequena História do Paraná*. SP: Edições Melhoramentos, 1953.
- _____; BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P. Nota prévia ao estudo da ocupação de terra no Paraná Moderno, *Boletim da Universidade do Paraná*, Conselho de Pesquisas, DEHIS, n. 7, p. 1-52, 1968.

Recebido em 16 de dezembro de 2014.

Aprovado em 24 de fevereiro de 2015.